

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Gabinete da Ministra

#### Despacho n.º 7760/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º e artigo 43.º n.º 5, alínea b) e n.º 6, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, por acórdão de 23 de junho de 2015, é nomeado Diretor de Unidade, na Unidade Disciplinar e de Inspeção da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Senhor Procurador da República, Licenciado Vítor Francisco da Cruz Melo, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

3 de julho de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

#### Nota curricular

Nome: Vítor Francisco da Cruz Melo  
 Data de nascimento: 15 de novembro de 1961  
 Naturalidade: Sé — Guarda  
 Habilitações Académicas/profissionais: Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1986; Ingressou no C.E.J. em 19 de setembro de 1988, como auditor de justiça, concluindo o VII Curso Normal de Formação  
 Carreira profissional: Delegado do Procurador da República/Procurador-Adjunto nas comarcas de Santarém, Figueiró dos Vinhos, Sabugal, Vila Franca de Xira e em Lisboa, exercendo funções no Tribunal do Trabalho de Lisboa desde 09 de julho de 1996 até 13 de maio de 2003;  
 Nomeado como Procurador da República em 01/09/2007, exercendo funções na Comarca Lisboa Noroeste/Lisboa Oeste — Tribunal de Família e Menores da Amadora até à presente data;  
 Docente a tempo inteiro da Jurisdição de Direito do Trabalho e da Empresa no C.E.J. desde 15/09/2003 até 15/09/2009;  
 Docente a tempo parcial na área de Direito do Trabalho e da Empresa entre janeiro e julho de 2010.  
 Outras atividades/funções:  
 Magistrado formador do CEJ nos anos de 1998 a 2000;  
 Colaborador do CEJ nos anos de 1999 a 2002 na Jurisdição do Trabalho;  
 Em 2002 foi designado para integrar como membro efetivo os Júris dos exames orais para ingresso no CEJ;  
 Designado pela Procuradoria-Geral da República para, em sua representação, participar no Seminário Internacional sobre “*Emprego, Segurança Social, Imigração e sua Proteção Social*”, realizado em Atenas — Grécia, entre 26-27 de junho de 2003;  
 Membro do Grupo de Coordenadores da Área de Direito do Trabalho do SMMP em 2007;  
 Membro do Conselho Redatorial da Revista “*Prontuário Direito do Trabalho*” do CEJ desde 2004 até 2009, como responsável pela secção “*Legislação*”, sendo Coordenador da revista desde setembro 2008 até setembro de 2009;  
 Interveio como magistrado orientador das equipas portuguesas de Auditores de Justiça que participaram na 3.ª Edição do THEMIS — Initial Training International Competition, organizado no âmbito da Rede Europeia de Formação Judiciária com o apoio do Conselho da Europa e da Lisbon Network, o qual teve lugar na Roménia — Bucareste entre os dias 22 e 26 de setembro de 2008, com participação de 15 países (17 equipas), onde foi obtido o 1.º Prémio da temática ECHR;  
 Membro do Conselho Redatorial da Revista do Ministério Público desde 2010;  
 Desde 2005 até à presente data veio a ser anualmente designado para integrar como membro efetivo os Júris dos exames escritos para ingresso no CEJ;  
 Coordenador da área de Família e Menores da Comarca GLN/ Lisboa Oeste — Amadora desde abril de 2011 até à presente data;  
 Seminários, conferências e congressos: Frequentou o seminário sobre a temática “*Fight against Discrimination: The Race and Framework Employment Directives*”, realizado entre os dias 5/6 de março de 2004 pela ERA — Academy of European Law, em Trier, Alemanha.  
 Tem, desde 1999 e até à data, várias participações como orador em Conferências, no âmbito de ações de Direito do Trabalho e da Empresa do CEJ, da PGD de Lisboa, da Ordem dos Advogados, CES da Universidade de Coimbra, ACT, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto;  
 Foi apresentante nas 6.ª e 7.ª Bienais de Jurisprudência do Centro de Direito da Família da Universidade de Coimbra.

Docências: Interveio, desde 2006 e até à presente data, como docente de Cursos Pós-Graduados de Especialização de Direito do Trabalho organizados pelo Instituto de Direito do Trabalho (IDT) da FDUL, sob a coordenação do Prof. Doutor Pedro Romano Martinez, de Cursos de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e de Processo do Trabalho organizados pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto, sob coordenação do Prof. Doutor Júlio Gomes e como docente convidado na Licenciatura em Direito da Universidade Nova de Lisboa — Direito do Trabalho, coordenada pelo Prof. Doutor José João Abrantes.

Tem artigos publicados, com temáticas da área laboral, nas Revistas *Sub Judge* (Almedina), *Prontuário de Direito do Trabalho do CEJ*, *Revista do CEJ* e *Cadernos de Estudos do Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

208775982

#### Despacho n.º 7761/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º e artigo 42.º n.º 1, alínea b) e n.º 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, por acórdão de 23 de junho de 2015, é nomeado Diretor de Unidade Territorial na Diretoria do Centro da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Senhor Procurador da República, Licenciado Rui Manuel Pires de Almeida, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

3 de julho de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

#### Nota curricular

Rui Manuel Pires de Almeida.  
 Nascido a 24 de setembro de 1966 na freguesia de Aguada de Cima, concelho de Águeda.  
 Licenciado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (curso 1984-1989).  
 Frequência de curso de pós-graduação em Direito Penal Económico e Europeu na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.  
 Frequência do IX Curso Normal de Formação de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários entre setembro de 1990 e julho de 1991.  
 Tomada de posse como delegado do Procurador da República, em junho de 1993, na comarca do Funchal, onde permaneceu até outubro de 1997.  
 Sujeito a inspeção nesta comarca, no ano de 1997, foi-lhe atribuída a nota de *Bom com distinção*.  
 Transferência em outubro de 1997 para a comarca de Cantanhede, seguida de destacamento para a comarca de Pombal.  
 Exercício de funções na comarca de Pombal entre outubro de 1997 e julho de 2000, onde também desempenhou as funções de magistrado-formador do CEJ.  
 Transferência em setembro de 2000 para a secção B do Departamento de Investigação e Ação Penal do Distrito Judicial de Coimbra.  
 Sujeito a inspeção no DIAP de Coimbra, no ano de 2002, foi-lhe atribuída a nota de *Muito bom*.  
 Participação em diversas ações de formação em Portugal e no estrangeiro, nalgumas delas como palestrante, abrangendo diversos temas:  
 «*Escutas telefónicas*», «*A participação do Ministério Público na fase de julgamento*», «*Conferência da União Europeia contra a Fraude*», «*Apresentação do DIAP em comparação com o Ministério Público nas comarcas de competência genérica*», «*Recolha, aquisição e validade da prova e os direitos fundamentais/As escutas telefónicas e as recolhas de imagem e de som*», «*Tráfico de mulheres e prostituição*», «*O Regime Jurídico das Escutas Telefónicas — O ponto de vista do Ministério Público: as perspetivas de reforma*», «*Seminário Eurojust, Lisboa, 21 de abril de 2006*», «*Criminalidade Fiscal*», «*Combate à Corrupção, Prioridade da Democracia*», «*A Utilização dos Instrumentos da União Europeia em Matéria Penal — Auxílio Judiciário e Reconhecimento Mútuo*», «*O combate à fraude carrossel de IVA; intervenção do Ministério Público, da Administração Fiscal e das Polícias*», «*Jornadas Sobre a Revisão do Código de Processo Penal*», «*Criminalidade Económico – Financeira e Criminalidade Fiscal*», «*Aspetos das Revisões do Código Penal e do Código de Processo Penal*», «*O regime processual de intercepção e gravação de telecomunicações*», «*Criminalidade Informática*» e «*Jornada de Trabalho contra a Corrupção em Portugal*»; «*Tráfico de Seres Humanos*»; «*Dever de Reserva: as fronteiras da liberdade de expressão e a não discussão pública de casos judiciais pendentes*»; «*A Polícia Judiciária defende os direitos de quem?*»; «*Sistema Integrado de Informação Criminal e Coordenação Policial*».

Membro do júri das provas de acesso ao CEJ nos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

Designado pela PGR e pela PGD de Coimbra membro da Coordenação Distrital de Coimbra do Ministério Público no âmbito do EURO 2004.

Diretor nacional-adjunto da Polícia Judiciária, na Diretoria de Coimbra, desde 7 de junho de 2008.

Diretor de Unidade Territorial, na Diretoria do Centro da Polícia Judiciária, desde 6 de abril de 2009.

208775974

### Despacho n.º 7762/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º e artigo 42.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, por acórdão de 23 de junho de 2015, é nomeado Diretor de Unidade Territorial na Diretoria do Norte da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Senhor Procurador da República, Licenciado João Manuel Batista Romão, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

3 de julho de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

### Nota curricular

João Manuel Batista Romão.

Data de nascimento: 7 de fevereiro de 1959.

Naturalidade: Julião da Figueira da Foz.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em julho de 1984;

Curso de pós-graduação em Psicologia pelo Colégio Universitário de Altos Estudos, no Porto, em 2001.

Atividade profissional:

Advogado estagiário na Comarca da Figueira da Foz, de setembro de 1984 a setembro de 1985;

Auditor de Justiça do IV Curso Normal de Formação de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários, em 1985-1986 e coparticipante no *Caderno n.º 2/87*, publicado pelo Centro de Estudos Judiciários, com o título de três temas de trabalho e o tema *«A proteção contra despedimentos de representantes de trabalhadores»*;

Auditor de justiça estagiário do Ministério Público da Comarca de Cantanhede, em 1986-1987;

Delegado do procurador da República, em regime de estágio, na Comarca de Pombal, entre setembro de 1987 e abril de 1988;

Delegado do procurador da República estagiário com responsabilidade direta na Câmara de Acusações — Serviços do Ministério Público da Comarca de Coimbra, entre maio e dezembro de 1988;

Delegado do procurador da República, efetivo na Comarca de Trancoso, entre 14 de dezembro de 1988 e 14 de fevereiro de 1989, em acumulação com a Comarca da Meda, nesse mesmo período, ambas do Círculo da Guarda;

Delegado do procurador da República, efetivo na Comarca do Porto, desde 15 de fevereiro de 1988 a 1 de abril de 1997, a exercer funções:

Tribunal de Instrução Criminal, entre 21 de fevereiro e 14 de setembro de 1989;

Departamento de Investigação e Ação Penal — 4.ª Secção do Ministério Público (Pereira Reis) do Tribunal Criminal, entre 15 de setembro de 1989 e 14 de setembro de 1993;

Tribunal de Menores com PA's e Averiguações Oficiais de paternidade e Maternidade do Tribunal de Família, entre 15 de setembro de 1993 e 15 de setembro de 1995;

Tribunal de Família (2 Juízos e Processos da Curadoria), entre 16 de setembro de 1995 e 1 de abril de 1997;

Procurador-adjunto efetivo no Tribunal Judicial da Comarca da Maia, desde a sua instalação como Comarca de Competência Genérica (2.º e 4.º Juízos, até fevereiro de 1998, e 4.º Juízo, a partir dessa data, acrescidos dos Inquéritos, Processos Administrativos e Instrução Criminal), com exercício efetivo entre 2 de abril de 1997 e 20 de março de 2001;

Representante do Ministério Público na Comissão de Proteção de Menores da Maia, instalada desde 1 de março de 1996 a 15 de setembro de 2000, tendo assumido a presidência nos primeiros dois anos e nos dois anos seguintes o cargo de secretário, em acumulação com o serviço do Tribunal;

Formador do Centro de Estudos Judiciários, entre 1997 e 20 de março de 2001 (formação de auditores de justiça e de procuradores-adjuntos estagiários);

Procurador do Círculo Judicial da Figueira da Foz, com funções de Coordenação entre 21 de março de 2001 e 3 de março de 2008;

Interlocutor do Ministério Público na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz, entre abril de 2001 e setembro de 2004, e de março de 2006 a setembro de 2007;

Diretor nacional-adjunto da Polícia Judiciária, a exercer funções na Diretoria do Porto, desde 4 de março de 2008, em comissão de serviço; Diretor de Unidade Territorial, na Diretoria do Norte da Polícia Judiciária, desde 6 de abril de 2009.

208775966

### Despacho n.º 7763/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º e artigo 40.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, por acórdão de 23 de junho de 2015, é nomeado Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Senhor Procurador da República, Licenciado Pedro Alexandre do Carmo Martins Fernando, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

3 de julho de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

### Nota Curricular

Pedro Alexandre do Carmo Martins Fernando.

Nasceu a 5 de outubro de 1967 na freguesia de Santa Cruz, em Coimbra.

Concluiu a licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no ano de 1991, com a média final de 15 valores.

Tomou posse como Auditor de Justiça em 15 de setembro de 1992.

Nomeado Delegado do Procurador da República, em regime de estágio, na Comarca da Figueira da Foz, em 15 de setembro de 1994.

Nomeado Delegado do Procurador da República, em regime de desatamento, como auxiliar, na Comarca de Trancoso, tendo tomado posse em 10 de julho de 1995.

Colocado, a seu pedido, na comarca de Vouzela, tendo tomado posse em 08 de julho de 1996.

Destacado, a partir de 06 de janeiro de 1997, para o Tribunal da Comarca de Santa Comba Dão, onde iniciou funções na referida data.

Transferido a seu pedido e colocado na comarca de Santa Comba Dão, tendo tomado posse em 25 de junho de 1998.

Tomou posse no DIAP Distrital de Coimbra no dia 25 de janeiro de 2000.

Sujeito a inspeções na comarca de Santa Comba Dão e no DIAP de Coimbra, em ambas foi-lhe atribuída a classificação de *Muito Bom*.

Em 16 de agosto de 2004 tomou posse como Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, na Diretoria de Coimbra.

Em 11 de junho de 2008 tomou posse como Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária na Diretoria Nacional.

Em 4 de junho de 2009 tomou posse como Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária na Direção Nacional.

Palestrante em diversas conferências e ações de formação, em Portugal e no estrangeiro, sobre temas como, por exemplo, proteção de testemunhas, tráfico de pessoas, abuso sexual de crianças, segurança na Internet, incêndio florestal e cooperação judiciária e policial internacional.

Interviente, na qualidade de perito, em encontros de trabalho sobre proteção de testemunhas, organizados pelas Nações Unidas, através do UNODC.

Integrou o comité de peritos do Conselho da Europa que elaborou o projeto da Convenção para a Proteção das Crianças contra a Exploração e os Abusos Sexuais.

Membro dos júris da prova oral de acesso aos XXI e XXII Cursos de Formação de Magistrados Judiciais e do Ministério Público.

Autor de dois artigos publicados na Revista do SMMP: *“Acesso aos autos de transcrição das conversas telefónicas interceptadas e segredo de justiça — sentido e alcance do disposto pelo artigo 188.º, 5 do CPP”* (n.º 94, abril/junho de 2003), e *“Praxe: uma perspetiva jurídica”* (n.º 110, abril/junho de 2007).

208775941

### Despacho n.º 7764/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º e artigo 42.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, por acórdão de 23 de junho de 2015, é nomeado Diretor de Unidade Territorial na Diretoria do Sul da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Senhor Procurador da República, Mestre Luis Manuel Maia Mota Carmo, possuidor